

# Dose extra de sacrifício

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal iniciaram, ontem, os trabalhos relativos à convocação extraordinária do Congresso Nacional. Embora tais convocações venham se transformando em rotina nos últimos anos, a atual tem um caráter efetivamente extraordinário por vários motivos. Após quase seis meses ao longo dos quais o País concentrou suas atenções na apuração das denúncias de irregularidades envolvendo o Presidente da República, urge restabelecer a normalidade na vida nacional, o que inclui a dinamização do processo legislativo.

A morosidade do Parlamento brasileiro, as práticas fisiológicas e o absenteísmo contribuíram, no passado, para que o prestígio e o respeito do Congresso e de seus membros junto à opinião pública atingissem níveis constrangedores. O trabalho da CPI que investigou as irregularidades e o processo que culminou com o afastamento do Presidente da República proporcionaram um capital de credibilidade e representaram a reconciliação dos brasileiros com suas instituições. Pesquisas recentes indicam que a população, hoje, não apenas tem uma opinião mais favorável dos políticos, como demonstra um moderado otimismo em relação ao ano que se inicia.

Todo cidadão que acompanhou o noticiário reconhece o intenso e desgastante esforço de boa parte dos parlamentares e seu direito ao recesso de fim de ano quando, além de recuperar suas energias, têm a oportunidade de um contato mais prolongado com suas bases eleitorais. A esses que honraram seus mandatos, a Nação pede uma cota extra de sacrifícios a fim de que seja possível apreciar a extensa pauta de projetos vitais para a normalização administrativa do País.

Não se trata de exigir do Legislativo que faça em uma sessão extraordinária o trabalho de toda uma legislatura ou que o processo legislativo tenha a agilidade dos mecanismos decisórios no setor privado. Isso não é possível nem conveniente e sempre que experimentado resultou em mais danos do que

dividendos para a Nação. É indubitável, contudo, a urgência de questões como o ajuste fiscal e a regulamentação do plebiscito sobre forma e sistema de governo. Outros assuntos importantes que requerem um debate mais aprofundado, já cumpriram boa parte de sua tramitação no Congresso, podendo ser apreciados num prazo relativamente curto.

Talvez a expressão “condomínio”, utilizada pelo Executivo para identificar a relação que se propõe a estabelecer com o Legislativo, seja um tanto infeliz e que a proposta de um pacto social — que sempre contou com o respaldo deste jornal, diga-se de passagem — tenha se desgastado pelos insucessos passados. Seja como for, acima de rótulos e apelidos, que, no mais das vezes, servem apenas para a galhofa ou para a tergiversação, está o fato de que os parlamentares têm, hoje, um compromisso extraordinário com a governabilidade do País.

A Constituição de 88 já tem uma série de dispositivos típicos do sistema parlamentarista de governo. A forma como a crise política foi superada aumentou as responsabilidades do Congresso Nacional na gerência do Estado. Até o final do mandato do atual Presidente e, dependendo do resultado do plebiscito de abril, por um prazo indefinido, deputados e senadores terão uma participação ampliada na condução dos destinos nacionais. Trata-se de um desafio nada desprezível, considerando-se a natureza legítima da pluralidade de interesses que se expressam no Legislativo e o caráter harmônico, mas independente das relações entre os poderes nos regimes democráticos.

Seria profundamente lamentável que, no momento em que a economia começa a dar sinais de recuperação, após a profunda recessão dos últimos anos e que se manifesta um novo alento por parte da opinião pública, os membros do Congresso Nacional não percebessem a magnitude do papel que têm a desempenhar nessa convocação extraordinária. É de se esperar que isso não aconteça e que a credibilidade conquistada seja confirmada.